

LEANDRO PAULSEN

Doutor em Direitos e Garantias do Contribuinte
Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

CURSO DE DIREITO
TRIBUTÁRIO

C O M P L E T O

15ª edição

Revista e atualizada de acordo com a EC 132/2023 (Reforma Tributária)

2024



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Deborah Caetano de Freitas Viadana
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Giselle Cristina da Silva Honorio Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Tangente Design
Revisão	Paula Hercy Cardoso Craveiro
Capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR - CRB-8/9949

P332c Paulsen, Leandro
Curso de Direito Tributário completo /
Leandro Paulsen. - 15. ed. - São Paulo:
SaraivaJur, 2024.
736 p.
ISBN: 978-85-5362-089-0

1. Direito. 2. Direito Tributário. I. Título.

2023-3081 CDD 341.39
CDU 34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário 341.39
2. Direito Tributário 34:336.2

Data de fechamento da edição: 17-1-2024

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 15.828 CL 608.731 CAE 847.782

Sumário

Nota do Autor	VII
Sumário	IX

Capítulo I

Tributação, direito tributário e tributo

1. Origem da tributação e da sua limitação.....	1
2. Tributação como instrumento da sociedade	5
3. Deveres fundamentais de pagar tributos e de colaborar com a tributação	7
4. Carga tributária, direito à informação e custos de conformidade	12
5. Fiscalidade e extrafiscalidade	15
6. Direito tributário.....	18
7. Relação com outras disciplinas jurídicas.....	20
8. Relação com a economia	22
9. Relação com a contabilidade	23
10. Conceito de tributo.....	24
11. Preços públicos e receitas patrimoniais.....	28

Capítulo II

Sistema Tributário Nacional e sua reforma

12. Sistema Tributário Nacional	31
13. Reforma tributária	32

Capítulo III

Espécies tributárias

14.	Características e regimes jurídicos específicos.....	37
15.	Critérios para a identificação das espécies tributárias.....	38
16.	Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias.....	40
17.	Impostos.....	42
18.	Taxas.....	43
19.	Contribuições de melhoria.....	49
20.	Empréstimos compulsórios.....	50
21.	Contribuições.....	51
22.	Contribuições sociais.....	55
23.	Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	56
24.	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	58
25.	Contribuições de iluminação pública e de monitoramento.....	97

Capítulo IV

Princípios tributários

26.	Tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão.....	61
27.	Relação entre os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar.....	63
28.	Princípios gerais de direito tributário.....	63
29.	Princípios da justiça tributária, da igualdade e da capacidade contributiva.....	64
30.	Princípios da cooperação e da capacidade colaborativa.....	74
31.	Princípio da segurança jurídica em matéria tributária.....	77
32.	Princípio da simplicidade e da praticabilidade.....	80
33.	Princípio da neutralidade tributária.....	84
34.	Princípio da transparência tributária.....	86
35.	Princípio da defesa do meio ambiente.....	88

Capítulo V

Competência tributária

36.	Detalhamento da competência na Constituição e no CTN.....	91
37.	Competência tributária X repartição das receitas tributárias.....	93
38.	Competências privativas, comuns e residuais.....	95
39.	Normas constitucionais concessivas de competência.....	96
40.	Critério da atividade estatal.....	97

41. Critério da base econômica	97
42. Critério da finalidade.....	101
43. Bitributação e <i>bis in idem</i>	102

Capítulo VI

Imunidades tributárias

44. Imunidades como normas negativas de competência	105
45. Imunidades como garantias fundamentais.....	106
46. Classificação, interpretação e aplicação das imunidades.....	107
47. Imunidades genéricas a impostos.....	110
48. Imunidade recíproca dos entes políticos.....	112
49. Imunidade das entidades religiosas e templos de qualquer culto	115
50. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais	117
51. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão.....	120
52. Imunidade dos fonogramas e videogramas musicais	123
53. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social às contribuições de seguridade social	124

Capítulo VII

Limitações ao poder de tributar que são garantias fundamentais do contribuinte

54. Natureza das limitações constitucionais ao poder de tributar	129
55. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da Federação.....	130
56. Legalidade tributária.....	130
57. Irretroatividade tributária.....	138
58. Anterioridade tributária	141
59. Isonomia tributária	148
60. Não confisco	148
61. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvado o pedágio	152

Capítulo VIII

Limitações ao poder de tributar que são garantias da Federação

62. Limitações específicas à União	153
63. Uniformidade geográfica	153

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO — COMPLETO

64. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores.....	155
65. Vedação de isenção heterônoma.....	155
66. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino	156
67. Vedação da afetação do produto de impostos	157

Capítulo IX

Limitações à concessão de benefícios e incentivos fiscais

68. Os diversos instrumentos de desoneração tributária.....	161
69. Benefícios e incentivos fiscais enquanto gastos tributários ou renúncia de receitas: transparência e compensação	164
70. Vedação de benefícios ou incentivos para pessoas jurídicas em débito com o sistema de Seguridade Social e outros condicionamentos materiais	168
71. Exigência constitucional de lei específica para a concessão de benefícios e incentivos	169
72. Limites aos benefícios ou incentivos fiscais para prevenir e controlar a guerra fiscal	170
73. Outras questões federativas suscitadas pelos benefícios e incentivos fiscais.....	173

Capítulo X

Técnicas de tributação

74. Progressividade.....	177
75. Seletividade	179
76. Não cumulatividade.....	183
77. Tributação monofásica.....	186
78. Substituição tributária.....	187

Capítulo XI

Classificações dos tributos

79. Utilidade das classificações.....	191
80. Quanto ao ente instituidor: federal, estadual ou municipal.....	191
81. Quanto à competência: ordinário, residual ou extraordinário.....	191
82. Quanto à competência: comum, privativo, exclusivo.....	192
83. Quanto às espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria ou empréstimos compulsórios.....	193
84. Quanto à finalidade: fiscal, parafiscal e extrafiscal	193

85. Quanto à destinação do produto: afetados ou não afetados.....	194
86. Quanto à origem do fato gerador: vinculados ou não vinculados	194
87. Quanto à formação do fato gerador: instantâneo, continuado ou complexo.....	195
88. Quanto à aplicação: retroativo, prospectivo ou ultrativo	195
89. Quanto à alíquota: específico ou <i>ad valorem</i>	196
90. Quanto à carga tributária: cumulativo ou não cumulativo	196
91. Quanto ao aspecto quantitativo: fixo, proporcional ou progressivo	197
92. Quanto à base de cálculo: em concreto ou presumido.....	197
93. Quanto à vigência: permanente ou temporário.....	197
94. Quanto ao ônus econômico: direto ou indireto	197
95. Quanto ao contribuinte: de direito ou de fato	198
96. Quanto à capacidade contributiva: pessoal ou real, subjetivo ou objetivo.....	198
97. Quanto à base econômica: comércio exterior, patrimônio, a transmissão de bens e de direitos a eles relativos, renda, a produção ou circulação ou atividades financeiras	198
98. Quanto ao critério de justiça que o inspira: distributivo ou comutativo	199
99. Quanto ao obrigado: próprio ou substituição tributária	199
100. Quanto à fase do crédito: existente, exigível ou exequível	200

Capítulo XII

Legislação tributária

101. Normas constitucionais	201
102. Leis complementares à Constituição	201
103. Resoluções do Senado	205
104. Convênios.....	205
105. Tratados internacionais	208
106. Leis ordinárias e medidas provisórias.....	210
107. Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço.....	211

Capítulo XIII

Interpretação e aplicação da legislação tributária

108. Subsistemas da legislação tributária: os deveres, princípios, direitos e garantias que os inspiram e orientam	215
109. Vigência e aplicação da legislação tributária.....	219
110. Integração e interpretação da legislação tributária	220

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO — COMPLETO

111. Aplicação dos princípios de direito tributário, de direito público e de direito privado e das normas de colisão	223
112. Analogia e equidade.....	227

Capítulo XIV

Capacidade, cadastro e domicílio

113. Capacidade tributária	231
114. Cadastros de contribuintes.....	232
115. Domicílio tributário.....	233

Capítulo XV

Obrigação tributária nas relações contributivas e de colaboração

116. Diversas relações jurídicas com naturezas contributiva, colaborativa ou punitiva....	235
117. Obrigações principais e acessórias	236
118. Aspectos da norma tributária impositiva	240
119. Hipótese de incidência e fato gerador	242
120. Classificação dos fatos geradores.....	243
121. Ocorrência dos fatos geradores	245
122. Planejamento tributário e norma geral antievasão.....	245
123. Sujeito ativo.....	249
124. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco	250
125. Solidariedade.....	253
126. Contribuinte	254
127. Substituto tributário.....	255
128. Responsável tributário.....	255
129. Responsabilidade dos sucessores.....	260
130. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores	262
131. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário dos diversos entes políticos.....	266

Capítulo XVI

Irrelevância da ilicitude subjacente aos fatos geradores

132. Capacidade econômica e fatos geradores envoltos em ilicitudes.....	271
133. Autuação de ofício ou mediante representação para fins fiscais.....	273
134. Premissa da irrelevância da ilicitude subjacente: princípio do <i>non olet</i>	275
135. Efeitos tributários do perdimento do produto e do proveito do crime	276

Capítulo XVII

Infrações à legislação tributária

136. Penalidades pelo descumprimento das obrigações tributárias, inclusive perdimento.....	279
137. Multas	281
138. Restrições a direitos e sanções políticas	286
139. A especial situação do devedor contumaz.....	289
140. Responsabilidade por infrações à legislação tributária	291
141. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações	294

Capítulo XVIII

Constituição do crédito tributário

142. Natureza do crédito tributário.....	299
143. Existência, exigibilidade e exequibilidade.....	300
144. Constituição ou formalização do crédito tributário.....	300
145. Declarações do contribuinte e outras confissões de débito	301
146. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação	304
147. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta.....	306
148. Liquidação no processo trabalhista	308

Capítulo XIX

Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

149. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	309
150. Moratória e parcelamento.....	310
151. Impugnação e recurso administrativos	315
152. Liminares e tutelas provisórias	317
153. Depósito do montante integral do crédito tributário	318
154. Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	320

Capítulo XX

Exclusão do crédito tributário

155. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário.....	323
156. Isenção	323
157. Anistia	326

Capítulo XXI

Extinção do crédito tributário

158. Hipóteses de extinção do crédito tributário.....	329
159. Pagamento com juros e multas.....	330
160. Pagamento indevido e sua repetição.....	332
161. Compensação.....	338
162. Transação.....	342
163. Remissão do crédito tributário.....	342
164. Decadência do direito de lançar.....	343
165. Prescrição da ação para execução do crédito tributário.....	346

Capítulo XXII

Garantias e privilégios do crédito tributário

166. Meios de garantia e preferências do crédito tributário.....	355
167. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito.....	355
168. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal.....	356
169. Arrolamento administrativo de bens.....	357
170. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa.....	358
171. Indisponibilidade dos bens.....	359
172. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência.....	361
173. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso de credores.....	362

Capítulo XXIII

Administração tributária

174. Órgãos e carreiras de administração tributária.....	365
175. Fiscalização tributária.....	368
176. Fiscalização orientadora e autorregularização do contribuinte.....	370
177. Dívida Ativa: inscrição e título executivo (CDA).....	374
178. Pedido de revisão de dívida inscrita.....	377
179. Cadastro (Cadin) e lista de devedores.....	378
180. Certidões de situação fiscal: CND e CPD-EN.....	379

Capítulo XXIV

Acesso à informação e preservação do sigilo

181. Acesso à informação como elemento indispensável à fiscalização tributária e a colaboração entre as administrações tributárias.....	383
182. O sigilo como preservação da intimidade e da privacidade, sua transferência e preservação.....	386
183. Sigilo bancário e LC n. 105/2001	387
184. Sigilo fiscal.....	390

Capítulo XXV

Cobrança do crédito tributário

185. Cobrança amigável pela Receita	393
186. Cobrança amigável da dívida ativa pela Procuradoria da Fazenda Nacional.....	394
187. Oferta antecipada de garantia perante a Fazenda Nacional.....	394
188. Comunicação do débito aos serviços de proteção ao crédito	395
189. Averbação pré-executória nos registros de bens para torná-los indisponíveis....	396
190. Protesto extrajudicial.....	397
191. Execução judicial.....	399

Capítulo XXVI

Tributação da família

192. Dever estatal de especial proteção à família	401
193. Capacidade contributiva dos arrimos de família	403
194. Sistemas de tributação da renda do agregado familiar no direito estrangeiro, com destaque para o <i>splitting</i>	405
195. Sistema brasileiro de tributação da renda familiar	407
196. Intributabilidade das pensões percebidas pelos alimentandos (ADI 5422)	408
197. Dedutibilidade das pensões pagas pelos alimentantes.....	410
198. Tributação da residência e do veículo da família.....	411

Capítulo XXVII

Impostos sobre o patrimônio

199. Considerações gerais sobre a tributação no patrimônio	413
200. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	414

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO — COMPLETO

201. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	419
202. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)	423
203. Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)	431

Capítulo XXVIII

Impostos sobre a transmissão de bens

204. Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI)	435
205. Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação (ITCMD).....	441

Capítulo XXIX

Imposto sobre a renda

206. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR).....	451
--	-----

Capítulo XXX

Impostos sobre a atividade econômica

207. Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)	467
208. Imposto Seletivo Extrafiscal (ISE) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	468
209. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).....	479
210. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).....	499
211. Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)	506

Capítulo XXXI

Impostos sobre o comércio exterior

212. Imposto sobre Importação (II)	519
213. Imposto sobre Exportação (IE).....	529

Capítulo XXXII

Contribuições de seguridade social

214. Contribuições previdenciárias dos segurados do Regime Geral de Previdência Social.....	533
--	-----

215. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada	540
216. Contribuições previdenciárias substitutivas sobre a receita	551
217. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e COFINS).....	553
218. Contribuições de seguridade social do importador (PIS-Importação e COFINS-Importação)	566
219. Contribuição de Seguridade Social sobre o Lucro (CSL)	568
220. Contribuição sobre bens e serviços (CBS).....	571
221. Contribuições dos servidores públicos para seus regimes próprios de previdência...	572

Capítulo XXXIII

Contribuições de intervenção no domínio econômico

222. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra	575
223. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Sebrae	578
224. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis	579

Capítulo XXXIV

Contribuições do interesse de categorias profissionais e econômicas

225. Contribuição aos conselhos de fiscalização profissional	583
---	-----

Capítulo XXXV

Contribuição de iluminação e de monitoramento

226. Contribuição de Iluminação Pública e de Monitoramento (CIM)	587
---	-----

Capítulo XXXVI

Taxas de serviço e de polícia

227. Taxa de coleta de lixo domiciliar	591
228. Taxa de fiscalização, localização e funcionamento	592

Capítulo XXXVII

Regime do Simples Doméstico

229. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para o empregador doméstico	595
---	-----

Capítulo XXXVIII

Regime do Simples Nacional

230. Regime Simplificado e Unificado de Recolhimento de Tributos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional	597
---	-----

Capítulo XXXIX

Litigiosidade tributária

231. Pesquisas empíricas sobre a litigiosidade tributária	603
232. Políticas de enfrentamento da litigiosidade tributária.....	604
233. Justiça multiportas em matéria tributária.....	606

Capítulo XL

Meios Consensuais de Resolução de Conflitos Tributários

234. Conciliação e mediação tributárias	611
235. Transação tributária	613

Capítulo XLI

Arbitragem Tributária

236. Arbitragem como solução heterocompositiva.....	619
237. Previsão da arbitragem tributária nas convenções-modelo da OCDE	621
238. Experiência portuguesa de arbitragem tributária.....	623
239. Perspectivas da arbitragem tributária no Brasil	626

Capítulo XLII

Processo administrativo fiscal

240. Legislação do processo administrativo fiscal federal.....	629
241. Ação fiscal e autuação	631
242. Notificações e intimações.....	633
243. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos	635
244. Nulidades no processo administrativo fiscal	639
245. Processos administrativos fiscais estaduais e municipais.....	640
246. Processo administrativo fiscal do IBS e da CBS	641

Capítulo XLIII

Processo judicial tributário

247. Negócio jurídico processual, dispensa de contestação, não interposição ou desistência de recursos e acordos para o cumprimento de sentenças.....	643
248. Coisa julgada e supremacia da Constituição: os Temas 881 e 885 do STF.....	645
249. Ações ajuizadas pelo Fisco	649
250. Medida cautelar fiscal	649
251. Execução fiscal.....	651
252. Exceção de pré-executividade	658
253. Embargos à execução fiscal.....	659
254. Ações ajuizadas pelo contribuinte e demais obrigados	661
255. Mandado de segurança	665
256. Ação declaratória	669
257. Ação anulatória	670
258. Ação cautelar de caução	671
259. Ação consignatória	672
260. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação	673
261. Conexão entre ações tributárias	675

Capítulo XLI

Direito penal tributário

262. Criminalização de condutas ligadas à tributação.....	679
263. Crimes tributários praticados por particulares	680
264. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária.....	680
265. O falso como crime-meio e consunção	684
266. Constituição definitiva do crédito tributário como condição de punibilidade dos crimes materiais contra a ordem tributária (Súmula Vinculante 24)	685
267. Representação fiscal para fins penais.....	688
268. Ação penal pública	690
269. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento	691
270. Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	693
271. Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária	693
272. Descaminho	695
273. Crime de apropriação indébita tributária em geral	697
274. Apropriação indébita de imposto indireto (IPI/ICMS/ISS).....	699
275. Crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias.....	702

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO COMPLETO

276. Crime material contra a ordem tributária: sonegação de tributos	704
277. Crime de sonegação de contribuição previdenciária.....	706
278. Outros crimes contra a ordem tributária.....	708
279. Crime de falsificação de papéis públicos tributários	709
280. Crimes tributários praticados por funcionários públicos.....	710
281. Crime de excesso de exação	710
282. Crime de facilitação ao descaminho	711
283. Crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal.....	711
284. Crime de corrupção passiva fiscal.....	712
285. Crime de advocacia administrativa fiscal	713